



## CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### ACTA

Aos seis dias do mês de Março do ano de dois mil e oito, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu na Biblioteca Municipal António Botto, nos termos do decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações produzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, o Conselho Municipal de Educação, tendo comparecido os membros constantes da lista de presenças que será anexa a esta acta (anexo um).

A Sr.ª Vereadora da Educação, na qualidade de Presidente, declarou aberta a reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Balanço da actividade do 2º período
3. Análise e Aprovação da Proposta de Rede de Transportes Escolares
4. Movimento Anual da Rede Escolar 2008/2009
5. Outros assuntos

A Presidente da reunião começou pela aprovação da acta da reunião anterior, de 13 de Dezembro, a qual, após uma pequena correcção, foi aprovada com a abstenção do representante das Juntas de Freguesia, Aníbal Melo, da Coordenação Educativa Médio Tejo, Paulo Arsénio, e da representante do Centro de Saúde de Abrantes, Paula Gil Telo, por não terem estado presentes na reunião anterior.

Deu-se, então, início ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, em que a Vereadora da Educação, Isilda Jana, informou:

a) Festa da Primavera

Esta actividade realizar-se-á no dia 24 de Abril (quinta-feira) e contará com o desfile das crianças, seguido de um espectáculo com o Avô Cantigas, na Praça Barão da Batalha. O esquema será o mesmo do ano anterior, sendo que este ano os centros de dia e grupos de ocupação de tempos livres de idosos irão também contribuir com a elaboração de espantalhos, os quais terão maior segurança, pois esta actividade será integrada dentro de uma outra mais alargada, promovida pela Associação Comercial Ar Livre (Suaves Sensações Primavera), a qual terá início em Março e término no final de Abril.

b) Concurso Concelhio de Leitura

Esta actividade, da qual todos os agrupamentos já têm conhecimento, está a ser gerida pela Biblioteca Municipal António Botto e vai ter a sua final no dia 23 de Abril, dia do livro e da leitura.

c) Mister Mocho

Esta actividade é um concurso online para alunos do 1º ciclo, cujo objectivo é usar os computadores e a internet para comunicar, ensinar e aprender. O concurso iniciou-se no dia um de Março e termina a 6 de Junho, havendo prémio para os melhores alunos/equipas e para a turma mais dinâmica.

d) Semana da Qualificação e da Competitividade

A Vereadora da Educação começou por apresentar o programa provisório desta actividade (anexo 2).

A representante do pré-escolar, Maria João Ferreira, questionou sobre a quem poderia comunicar sobre o espaço que necessitava na feira, ao que a representante da escola Secundária Dr. Solano de Abreu, Fernanda Quental, respondeu que como a reunião tinha sido hoje, amanhã enviaria essa informação às escolas.

A Vereadora da Educação disse ainda que a Câmara Municipal disponibiliza os seus autocarros para que os alunos possam visitar a feira.

e) Dia da Escola Prática de Cavalaria – 17 de Abril

O município disponibiliza os seus autocarros para as escolas que queiram participar nessa actividade, uma vez que a Escola Prática de Cavalaria, estando cá há pouco tempo, está numa tentativa de se abrir à comunidade e seria interessante a participação das nossas escolas neste dia.

f) PIEF

A Vereadora da Educação informa que teve contactos recentes com os coordenadores do PIEF a nível de Lisboa e Vale do Tejo e estes garantiram a constituição de duas turmas PIEF, em Abrantes, no próximo ano lectivo.

g) Rede das ofertas formativas

A Vereadora da Educação informa que houve, na passada semana, uma reunião na Barquinha sobre as propostas formativas para o próximo ano e que o leque de ofertas foi muito variado. Alerta ainda para a conveniência de haver articulação entre as várias escolas, para não haver duplicação de oferta e para que haja alunos nos vários cursos.

h) Levantamento das áreas de formação necessárias no concelho

Este levantamento foi feito no âmbito da rede social e são as seguintes as necessidades: Hotelaria/Turismo; Saúde e Áreas Sociais:

- Cozinheiro;
- Empregado de Mesa/Balcão;
- Técnico de Contabilidade;
- Mecatrónico;
- Canalizador;
- Ajudante Familiar;
- Padeiro;
- Pasteleiro;
- Técnico de Programação;
- Técnico de Vendas;
- Técnico de Frio;
- Técnico de Manutenção Industrial;
- Línguas (Inglês e Espanhol);
- Jardinagem e Espaços Verdes.

i) Nomeação de um Representante dos Agrupamentos de Escolas na Comunidade Urbana do Médio Tejo

A Vereadora da Educação refere que recebeu este pedido e como aqui estavam representantes dos diferentes agrupamentos, questionou se havia algum voluntário, para o que a representante da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, Fernanda Quental, se manifestou disponível.

Após estas informações, o representante do ensino secundário, João Pedro Céu, refere que gostaria de voltar um pouco mais atrás, à informação sobre o PIEF, saudando a vontade de abertura destas duas turmas, até porque há uma grande necessidade de dar resposta a uma série de problemas que estão a crescer na cidade. No entanto, questiona sobre onde vamos abrir essas turmas, em que condição, como está esse processo a ser feito.

A Vereadora da Educação, Isilda Jana, responde que, neste momento, ainda não sabe responder a essas questões, pois o local de funcionamento destas turmas ainda está em aberto, mas que, no início deste processo, a Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes tinha disponibilidade em receber estes alunos.

O representante do ensino secundário, João Pedro Céu, reafirma que este assunto deve ser debatido, pois quer a Escola Dr. Manuel Fernandes quer a D. Miguel de Almeida têm alunos complicados e não têm capacidade de resposta para este tipo de situação. Diz também que já na anterior reunião falou nisto, pois foi uma pena ter-se “deitado ao lixo” o trabalho de pessoas empenhadas, que fizeram uma formação com esses alunos e que, depois, alguém decidiu acabar com a suspensão das turmas PIEF no concelho. Informou ainda que, esta semana, a Escola Dr. Manuel Fernandes recebeu um aluno transferido da Escola D. Miguel de Almeida, uma criança com onze anos, mas com um comportamento muito agressivo e com um desvio sexual afirmado, que foi “lançado” nesta escola sem nenhum acompanhamento ou orientação. Uma turma PIEF poderia, em parte, dar resposta a esta situação, pelo que pede ao Município para não se andar a empurrar a decisão da abertura das turmas, porque é necessário que o concelho encontre uma solução para estes problemas.

Ainda em relação a esta questão da segurança, o representante das associações de pais, Jorge Silva, refere que este problema tem que ser atacado no primeiro ciclo, onde estes problemas começam.

A Vereadora da Educação, Isilda Jana, diz que queria focar esta situação, pois estamos a assistir à formação de pequenos gangs que assustam as pessoas, mas, em virtude das denúncias não serem feitas no sítio certo, não pode haver uma actuação sobre estas crianças/jovens. Os representantes das forças policiais informam que, efectivamente, não têm havido muitas queixas formalizadas e também não existe contacto com o IRS, pelo que a Vereadora da Educação assumiu que irá convidar para uma reunião os vários intervenientes nesta problemática, para se poder debater o assunto.

Ainda sobre estas questões faladas anteriormente, o representante da Coordenação Educativa Médio Tejo, Paulo Arsénio, refere que acha meritório o estudo da Rede Social, mas seria vantajoso a Câmara Municipal e as escolas fazerem uma aferição de todas estas áreas, pois podem haver situações comuns, como hotelaria/cozinheiro/empregado de balcão. Diz ainda que o PECA (Plano Estratégico da Cidade de Abrantes), que ainda não conhece, é um documento que pode ajudar a definir a estratégia de formação e a educação dos cidadãos.

Relativamente a este assunto, a representante da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, Fernanda Quental, refere que o ano passado os Conselhos Executivos do concelho se

juntaram e reuniram sobre esta situação. Para além disso, o representante do ensino secundário, João Pedro Céu, diz que não há grande coincidência na oferta e que, este ano, estão a apostar na área da geriatria.

A representante das associações de pais e encarregados de educação Maria Irene Almeida pediu a palavra e declarou o seguinte:

“Ao fim de cerca de 2 anos de funcionamento do C.M.E. de Abrantes é a altura ideal para, enquanto representantes dos pais, fazer um balanço da actividade desenvolvida por este órgão.

Não obstante a realização das reuniões ordinárias previstas na lei, verifica-se que este órgão se tem limitado a tomar conhecimento de informações e/ou decisões tomadas por outros, sem que praticamente nenhuma das competências definidas no Regimento tenha sido exercida na sua plenitude. Efectivamente, após emissão de parecer sobre a Carta Educativa, não foi solicitado a este CME qualquer parecer ou participação em iniciativas, no âmbito das suas competências.

A título de exemplo registamos:

1 - A Semana da Educação e Formação, não obstante ser a clara a competência do CME de “coordenar o sistema educativo e articular a política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, acção social e da formação e emprego” (alínea a) do artigo 4º do Regimento);

2 - O modelo de funcionamento das A.E.C., não obstante ser clara a competência do CME de “acompanhar a elaboração de propostas de desenvolvimento educativo, no âmbito (...) da organização de actividades de complemento curricular” (alínea f) do artigo 4º do Regimento);

3 - A recente decisão da Assembleia Municipal de ter aprovado no dia 29 de Fevereiro uma proposta da Câmara, para ceder em direito de superfície um terreno à Associação de Jardins-Escolas João de Deus, com vista à construção de um equipamento educativo com creche, pré-escola e 1º ciclo do ensino básico, com evidentes implicações na rede escolar do concelho, não obstante ser clara a competência do CME de “acompanhar o processo de elaboração e de actualização da carta educativa (...) com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidade de oferta educativa do município, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal” (alínea b) do artigo 4º do Regimento).

Num momento em que se perspectiva a delegação de mais competências para as autarquias na área da educação, e considerando esta experiência de 2 anos, urge definir qual o papel que se pretende que o CME venha a ter e qual o papel que se reserva aos diversos intervenientes do processo educativo.”

Passou-se, então, ao seguinte ponto da ordem de trabalhos:

## **2. Balanço da actividade do 2º período**

A Presidente passa a palavra aos representantes do pessoal docente e dos agrupamentos e escolas para fazerem o respectivo balanço, solicitando que o mesmo seja feito com a maior brevidade possível, realçando apenas o que houver de importante para dizer.

A representante do pré-escolar, Maria João Ferreira, deu conhecimento aos presentes de um documento (**anexo 3**) sobre o balanço do pré-escolar e informou que as actividades decorrem dentro da normalidade. De positivo, salienta o facto das actividades de apoio à família já se terem iniciado e de negativo o facto de a instalação da internet no Jardim de Infância de Alvega ainda não se ter concretizado.

A representante do ensino básico, Maria Fernanda Poupino, refere que as actividades curriculares decorrem normalmente e que as principais queixas são referentes aos seguintes problemas:

- a) Projecto Mocho:  
Existem escolas sem internet;  
Há problemas com a configuração dos computadores;  
Os portáteis roubados (Mouriscas) ainda não foram substituídos.
- b) Actividades de enriquecimento curricular:  
Continuam a não correr muito bem.
- c) Transporte das crianças:  
No período que corresponde entre os horários dos transportes e as aulas, as crianças ficam sem acompanhamento.
- d) Cedência, por parte da Câmara Municipal, de um terreno à Associação João de Deus  
Esta situação, já anteriormente referida na intervenção sobre o balanço da actividade desenvolvida pelo C.M.E., feita pela representante dos pais, deixou também a representante do ensino básico admirada, por não ter sido chamado o C.M.E. a reflectir sobre o assunto.

Relativamente a estas questões, a Vereadora da Educação informa que a cedência do terreno à Associação João de Deus aparece para colmatar uma das lacunas do nosso concelho, que tem que ver com a falta de creches (falta de apoio na primeira infância), para a qual esta associação vem dar uma resposta numa área de tão forte carência. No que diz respeito ao Mocho XXI, a mesma refere que o município está a acabar a instalação do mesmo nas escolas que faltavam e que, no final de Março, esperam ter tudo instalado. Um dos grandes problemas é a falta de capacidade para dar apoio técnico a todas as escolas, pelo que foram definidos os procedimentos que devem ser tomados sempre que as coisas não corram bem, devendo sempre as queixas entrar por email, via escola ou mesmo via agrupamento.

O representante do ensino secundário, João Pedro Céu, refere que compreende todos esses problemas, mas que a resposta tem sido muito demorada, mesmo pelos canais normais. Para além disso, gostaria de deixar a sua mágoa por não ter sido consultado o C.M.E. relativamente à questão da Associação João de Deus.

O representante do Agrupamento Escolar das Freguesias de Alvega e Concovada, Francisco Lousão, relembra que, uma vez que os computadores do Mocho estão instalados em quase todas as escolas do primeiro ciclo, é importante que o município pense na sua segurança.

Ainda relativamente a esta questão da segurança, o representante das Associações de Pais, Jorge Silva, refere que os nossos edifícios são muito antigos e que não estão preparados, nomeadamente no que diz respeito à iluminação exterior, vedação e protecção contra incêndios.

Passou-se então ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:

### **3. Análise e Aprovação da Proposta de Rede de Transportes Escolares** **(anexo 4)**

Relativamente a este ponto, a Vereadora da Educação, Isilda Jana, refere que podem haver acertos neste plano, enviado anteriormente para todos os presentes por email, pois pode sempre haver alteração do número de alunos a transportar.

O representante do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, Alberto Lopes, informa que não consta do plano o transporte para a sala de metodologias diferenciadas, ao

que a Vereadora da Educação lhe responde que esse transporte não é da responsabilidade do município, facto pelo qual não está incluído.

Após estas considerações, a Proposta de Rede de Transportes Escolares do concelho de Abrantes foi aprovada com a abstenção dos dois representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Maria Irene Almeida e Jorge Silva.

Passou-se então ao último ponto da ordem de trabalhos:

#### **4. Outros assuntos**

Relativamente a este ponto, a Vereadora da Educação, Isilda Jana, refere que recebeu da DRELVT um ofício relativo ao Movimento Anual da Rede Escolar para 2008/2009, em que se enquadram as seguintes situações:

- Criação de Jardins de Infância;
- Criação de Escolas Básicas do 1º ciclo com Jardim de Infância;
- Alteração de Tipologia;
- Suspensão de Escolas;
- Reactivação de Escolas;
- Alteração de denominação/numeração.

Destas situações e em relação às Escolas do 1º Ciclo, a Vereadora da Educação questiona os presentes relativamente ao encerramento de escolas. Do ponto de vista do município, não parece haver escolas para encerrar, a não ser as já previstas, Souto e Fontes, mas só quando as obras da escola de acolhimento, Carvalhal, estiverem prontas.

Relativamente às outras escolas que vão iniciar obras no fim deste ano lectivo, as mesmas não vão estar prontas no início do próximo ano lectivo, pelo que se vão deslocar os alunos da Chainça e do Carvalhal, para a Escola Prática de Cavalaria e Escola Velha de Carvalhal, respectivamente.

No que respeita às outras escolas que vão ser intervencionadas, em relação ao Pego, ainda se está a ver se há hipótese de deslocar os alunos e, no caso do Rossio ao Sul do Tejo, como a maior parte das obras são fora do edifício escolar, o município está a tentar que as obras no interior sejam feitas até ao início das aulas, ficando as do exterior para depois, de modo a poder conciliar com a presença dos alunos, havendo, neste caso, que encontrar uma solução para o almoço.

Relativamente a esta questão, o representante do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, Alberto Lopes, refere que a Fundação do Rossio poderia ser um bom parceiro para a questão dos almoços.

Ainda sobre o Movimento Anual da Rede Escolar para 2008/2009, a Vereadora da Educação, informa que, relativamente aos Jardins de Infância, a questão é um pouco mais complicada, pois temos quatro J.I. com muito poucos alunos: Bicas (4 alunos), Brunheirinho (1 aluno), Carvalhal (1 aluno) e Ribeira da Pucariça (3 alunos). Assim, põe à consideração do C.M.E. o que fazer com estas situações.

O representante do ensino secundário, João Pedro Céu, refere que, realmente, há um desperdício de recursos, mas que temos de pensar também para onde vão as crianças, neste caso, as de Ribeira da Pucariça e qual o Jardim de acolhimento, pois o de Rio de Moinhos está cheio.

Em relação a esta questão, a Vereadora da Educação diz que cada agrupamento deve ver qual a situação e suspender caso haja solução de acolhimento noutra local.

A representante do pré-escolar, Maria João Ferreira, informa que as educadoras de Brunheirinho e Carvalhal e respectivos Presidentes de Junta já fizeram contacto com a população e que, até agora, não se prevê a inscrição de nenhuma criança, o que não quer dizer que não aconteça, pois as inscrições só terminam em Junho.

O representante do Agrupamento Escolar de Tramagal, Celso Silva, refere que, até agora, está prevista a inscrição de três alunos no Jardim de Infância de Bicas e que, à partida, não está de acordo com a sua suspensão.

Sobre o assunto, o Conselho Municipal de Educação deu parecer favorável à suspensão dos Jardins de Infância atrás mencionados, caso haja capacidade de acolhimento noutros jardins.

Ainda relativamente aos Outros Assuntos, a Vereadora da Educação informa que, relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular, como tinha ficado decidido, a Câmara Municipal questionou a DRELVT sobre este assunto, cuja resposta está no email apresentado (anexo 5). Segundo este, alínea c), pode a autarquia ser entidade promotora, entregando depois o montante estabelecido a cada agrupamento, o qual promove acções direccionadas ao provimento dos docentes das AEC's.

Em relação a esta questão, o representante do ensino secundário, João Pedro Céu, refere que, como parece que todos os agrupamentos já têm definido o que lhes serve, talvez já pudessem definir e decidir as estratégias para os próximos três anos.

Assim, ficou decidida a marcação de uma reunião para a próxima semana, entre o município, agrupamentos de escolas e associações de pais, para debaterem esta questão e tomarem decisões.

O representante do ensino secundário chamou ainda a atenção, relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular, para o facto de, em algumas escolas, os pais terem já entregue o dinheiro dos livros há algum tempo e ainda não terem sido entregues os livros ou devolvido o dinheiro, pelo que se deve alertar a empresa para a devolução do mesmo, pois se até aqui os livros não foram necessários, também não faz sentido serem-no só durante o ultimo período.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo presidente e respectivos secretários conforme art.º 31, ponto 2 do regimento.